

CONCURSO PÚBLICO

009. PROVA OBJETIVA

ANALISTA III

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

- Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 40 questões objetivas, e o caderno de estudo de caso.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração das provas objetiva e estudo de caso é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de estudo de caso, a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01 a 09**.

O animal satisfeito dorme

O sempre surpreendente Guimarães Rosa dizia: “o animal satisfeito dorme”. Por trás dessa aparente obviedade está um dos mais fundos alertas contra o risco de cairmos na monotonia existencial, na redundância afetiva e na indigência intelectual. O que o escritor tão bem percebeu é que a condição humana perde substância e energia vital toda vez que se sente plenamente confortável com a maneira como as coisas já estão, rendendo-se à sedução do repouso e imobilizando-se na acomodação.

A advertência é preciosa: não esquecer que a satisfação conclui, encerra, termina; a satisfação não deixa margem para a continuidade, para o prosseguimento, para a persistência, para o desdobramento. A satisfação acalma, limita, amortece.

Um bom filme não é exatamente aquele que termina e ficamos insatisfeitos, parados, olhando, quietos, para a tela, enquanto passam os letreiros, desejando que não cesse? Um bom livro não é aquele que, quando encerramos a leitura, o deixamos um pouco apoiado no colo, absortos e distantes, pensando que não poderia terminar?

Com a vida de cada um e de cada uma também tem de ser assim; afinal de contas, não nascemos prontos e acabados. Ainda bem, pois estar satisfeito consigo mesmo é considerar-se terminado e estrangido ao possível da condição do momento.

Nascer sabendo é uma limitação porque obriga a apenas repetir e, nunca, a criar, inovar, refazer, modificar. Quanto mais se nasce pronto, mais refém do que já se sabe e, portanto, do passado; aprender sempre é o que mais impede que nos tornemos prisioneiros de situações que, por serem inéditas, não saberíamos enfrentar.

Gente não nasce pronta e vai se gastando; gente nasce não-pronta, e vai se fazendo. Demora um pouco para entender tudo isso; aliás, como falou o mesmo Guimarães, “não convém fazer escândalo de começo; só aos poucos é que o escuro é claro”...

(Mario Sergio Cortella. Disponível em: <https://www.contioutra.com>. Acesso em 12.01.2020)

01. É correto afirmar que a ideia de satisfação, no texto, está associada a

- (A) efetividade.
- (B) inação.
- (C) desvelo.
- (D) reconstrução.
- (E) esclarecimento.

02. Para o autor, quem reconhece que não nasceu sabendo

- (A) garante que as experiências adquiridas o amparem no futuro.
- (B) aprende sem criar condições efetivas de criar e mudar.
- (C) acaba por ter seu futuro comprometido pela acomodação.
- (D) alimenta problemas e memórias obscuras que aprisionam.
- (E) evita aferrar-se ao passado e capacita-se a encarar o novo.

Para responder às questões de números **03 a 06**, considere a seguinte passagem do último parágrafo:

... aliás, como falou o mesmo Guimarães, “não convém fazer escândalo de começo; só aos poucos é que o escuro é claro”...

03. É correto afirmar que a citação da frase de Guimarães Rosa consiste em referência literária da qual se abstrai a ideia segundo a qual

- (A) o esclarecimento vem paulatinamente.
- (B) com clareza as pessoas constroem sua história.
- (C) não convém revoltar-se contra o que não se compreende.
- (D) a escuridão confunde as coisas e embota o espírito.
- (E) é preciso entender as coisas para a pessoa estar pronta.

04. Assinale a alternativa em que a redação dada ao trecho “... aliás, como falou o mesmo Guimarães...” expressa, com correção, o sentido do original.

- (A) ... ou melhor, do jeito que ele o Guimarães falou...
- (B) ... assim sendo, tal como falou não outro, mas o Guimarães...
- (C) ... a propósito, conforme falou o próprio Guimarães...
- (D) ... no entanto, de acordo com o que falou a pessoa do Guimarães...
- (E) ... com isso, à medida do que falou o autêntico Guimarães...

05. A oposição de sentido que há entre as palavras “escuro” e “claro” existe também entre

- (A) óbvio e trivial.
- (B) redundante e concomitante.
- (C) absorto e extasiado.
- (D) indigente e opulento.
- (E) persistente e pertinaz.

06. Assinale a alternativa em que o verbo “convir” está conjugado de acordo com a norma-padrão.

- (A) Não faça críticas, salvo se convir fazê-las.
- (B) O escritor afirmou que talvez conviesse não fazer escândalo.
- (C) Os dados expostos no parecer não conviram para a tomada de decisão.
- (D) Só fecharão negócio se nós convirmos no pagamento à vista.
- (E) As mudanças só ocorrerão quando todos convirem no projeto.

07. Assinale a alternativa em que a redação apresentada entre colchetes substitui o trecho destacado, de acordo com a norma-padrão de regência verbal e colocação pronominal.

- (A) ... o risco de **cairmos na** monotonia existencial... [nos entregarmos na]
- (B) ... **rendendo-se à** sedução do repouso... [submetendo-se da]
- (C) ... porque **obriga a** apenas repetir e, nunca, a criar... [força-nos para]
- (D) O que o escritor tão bem **percebeu** é que a condição humana perde substância... [deu-se em conta]
- (E) ... aprender sempre é o que mais **impede** que nos tornemos prisioneiros de situações... [se opõe a]

08. Na passagem “(I) **Quanto mais** se nasce pronto, mais refém do que já se sabe e, (II) **portanto**, do passado...”, as relações de sentido estabelecidas pelas conjunções nos trechos (I) e (II) são, correta e respectivamente, de

- (A) causa e adição.
- (B) proporção e conclusão.
- (C) modo e consequência.
- (D) condição e explicação.
- (E) alternância e concessão.

09. Assinale a alternativa redigida segundo a norma-padrão de concordância nominal e/ou verbal.

- (A) Entende-se que nascer sabendo constitui uma entre as várias limitações que se caracterizam como tendência para apenas repetir.
- (B) Foi bem percebido pelo escritor a perda da substância e da energia vital advindo do sentimento de conforto.
- (C) Tratam-se de advertências preciosas: é necessário a lembrança constante de que a satisfação conclui.
- (D) Se as pessoas se sentem satisfeitas consigo mesmo é porque foi constatado a derradeira motivação para elas.
- (E) A pessoa deve saber que o aprendizado constante impede que situações inéditas a intimide.

10. Leia a tira, para responder à questão.



(André Dahmer, *Malvados*)

É correto afirmar que o efeito de sentido de humor na tira está associado

- (A) à perspectiva de não se conseguir afastar o estigma de cidades congestionadas.
- (B) à sugestão de que a solução de mobilidade em São Paulo depende de ter um carro.
- (C) ao conselho pouco razoável da personagem, afirmando que não é preciso sair de São Paulo.
- (D) às diferentes ideias de lentidão caracterizadas nas falas das personagens.
- (E) ao senso de oportunidade da personagem que tem a ideia de viver melhor no interior.

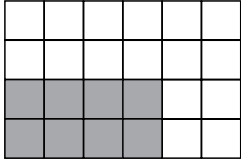
11. Considere as afirmações e seus respectivos valores lógicos.

- I. Carla é cantora ou Davi é halterofilista. VERDADEIRA
- II. Se André é dançarino, então Flávia é guitarrista. FALSA
- III. Flávia não é guitarrista, e Eliana é baterista. FALSA
- IV. Carla é cantora ou Bruna não é ginasta. FALSA

A partir dessas informações, assinale a alternativa que apresenta o número de pessoas que são, verdadeiramente, o que lhes foi atribuído.

- (A) 1.
 - (B) 2.
 - (C) 3.
 - (D) 4.
 - (E) 5.
12. Para se exercitar, um indivíduo caminha indo e vindo em linha reta, invertendo o sentido da caminhada e a distância percorrida. A cada mudança de sentido, a nova etapa é 50% mais longa que a etapa anterior. Para caminhar exatamente 10000 metros e iniciando sua caminhada com 1000 metros antes de mudar o sentido pela primeira vez, esse indivíduo precisará mudar de sentido um número total de vezes igual a
- (A) 7.
 - (B) 6.
 - (C) 5.
 - (D) 4.
 - (E) 3.
13. O projeto de formação de profissionais em uma empresa foi realizado em 4 etapas. Na etapa A, foram 31 participantes, sendo que 12 deles participaram apenas de mais uma etapa, a etapa C, e os outros 19 participaram apenas de mais uma etapa, a etapa D. Na etapa B, participaram outras 74 pessoas, sendo que 15 dessas pessoas participaram apenas de mais uma etapa, a etapa C, outras 12 participaram apenas de mais uma etapa, a etapa D, e outras 19 participaram apenas de mais duas etapas, a etapa C e a etapa D. Houve ainda outras 23 pessoas que só participaram da etapa C, e outras 9 que só participaram da etapa D. A lista das etapas, em ordem crescente do número total de participantes em cada uma, é
- (A) C, A, B, D.
 - (B) A, D, C, B.
 - (C) D, A, C, B.
 - (D) C, D, A, B.
 - (E) A, C, B, D.

14. O quadriculado a seguir é formado por 24 quadrados.



Considere retângulos formados por 8 ou 10 desses quadrados (na figura já está pintado um exemplo). Nesse quadriculado, quantos desses retângulos podem ser pintados, no máximo, em posições diferentes?

- (A) 15.
 (B) 16.
 (C) 20.
 (D) 26.
 (E) 30.
15. Três funcionários tinham, em uma empresa, respectivamente, três, dois e um ano de trabalho. O proprietário distribuiu, ao final do ano, o bônus de R\$ 18.000,00 entre seus três funcionários. Fez isso de forma diretamente proporcional aos anos de trabalho de cada um deles. No ano seguinte, com os mesmos funcionários, ele procedeu da mesma maneira e com o mesmo valor. Assim, é correto afirmar que o funcionário de menor tempo de casa recebeu, na segunda vez,
- (A) uma terça parte a menos do que havia recebido na primeira vez.
 (B) metade do que havia recebido na primeira vez.
 (C) uma sexta parte a mais do que havia recebido na primeira vez.
 (D) metade a mais do que havia recebido na primeira vez.
 (E) uma terça parte a mais do que havia recebido na primeira vez.

CONHECIMENTOS COMUNS

- 16.** Albano é um brasileiro que obteve diploma de graduação de ensino superior em Arquitetura e Urbanismo em uma universidade estrangeira e pretende obter o registro no CAU do Estado onde ele reside. Segundo o disposto na Lei nº 12.378/2010, nessa situação hipotética, é correto afirmar que Albano
- (A) poderá obter o registro pretendido, sem qualquer outra formalidade além daquelas exigidas para o profissional com diploma obtido em universidade brasileira.
 - (B) poderá obter o registro pretendido, devendo apenas comprovar que a referida instituição de ensino estrangeira é reconhecida no respectivo país de origem.
 - (C) não poderá obter o registro pretendido, uma vez que a Lei veda que profissionais formados no exterior possam se inscrever no CAU, que admite apenas registros de profissionais brasileiros.
 - (D) poderá obter o registro pretendido, bastando a ele comprovar que a instituição estrangeira é reconhecida no respectivo país de origem e que o curso que frequentou possui equivalência no Brasil.
 - (E) poderá obter o registro pretendido, devendo comprovar que a instituição estrangeira é reconhecida no respectivo país de origem e que seu diploma foi revalidado por instituição nacional credenciada.
- 17.** Assinale a alternativa cujo conteúdo está em conformidade com a Lei nº 12.378/2010.
- (A) O acervo técnico constitui propriedade do profissional arquiteto e urbanista e é composto por todas as atividades por ele desenvolvidas, mas, após a sua conclusão, todos os direitos passam a pertencer ao proprietário da obra.
 - (B) A comprovação de autoria ou de participação e de formação de acervo técnico do arquiteto e urbanista independe de registro dos projetos, trabalhos técnicos ou de criação no CAU do ente da Federação onde atue.
 - (C) Aquele que implantar ou executar projeto ou qualquer trabalho técnico de criação ou de autoria de arquiteto e urbanista deve fazê-lo de acordo com as especificações e o detalhamento constantes do trabalho, salvo autorização em contrário, por escrito, do autor.
 - (D) Alterações em trabalho e projetos de autoria de arquiteto e urbanista somente poderão ser feitas mediante consentimento por escrito da pessoa natural titular dos direitos autorais, não podendo haver pactuação em contrário.
 - (E) Em caso de falecimento do autor do projeto original, as alterações ou modificações somente poderão ser feitas por outro profissional habilitado, que assumirá a responsabilidade pelo projeto modificado, desde que devidamente autorizado pelos herdeiros do autor.
- 18.** Uma empresa pública, uma autarquia e um Ministério do Governo Federal são integrantes da Administração
- (A) direta, direta e indireta, respectivamente.
 - (B) indireta, indireta e direta, respectivamente.
 - (C) direta, todos eles.
 - (D) indireta, todos eles.
 - (E) indireta, direta e direta, respectivamente.
- 19.** Com relação ao controle dos atos administrativos praticados por agentes da Administração Pública, é correto afirmar que
- (A) os atos discricionários somente podem ser revogados pela Administração Pública e não pelo Poder Judiciário.
 - (B) os atos vinculados obrigam os seus destinatários e não podem ser anulados pela Administração Pública, somente pelo Poder Judiciário.
 - (C) tanto os atos discricionários quanto os vinculados podem ser revogados pela Administração ou pelo Poder Judiciário.
 - (D) os atos discricionários podem ser revogados pelo Poder Judiciário, e os vinculados podem ser anulados pela própria Administração Pública.
 - (E) a lei veda que atos administrativos discricionários possam ser editados com base na conveniência e oportunidade da Administração Pública.
- 20.** Segundo o disposto na Lei nº 8.666/93, para a contratação de obras e serviços de engenharia de até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), a modalidade expressamente prevista para a respectiva licitação é
- (A) a concorrência.
 - (B) a tomada de preços.
 - (C) o leilão.
 - (D) o convite.
 - (E) o pregão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O termo de referência para elaboração do projeto de uma torre de escritórios situada em uma cidade paulista estabelece que o projeto deverá ser adequado ao disposto no regulamento de segurança contra incêndio das edificações e áreas de riscos no Estado de São Paulo – e regulamentação correlata, no que se refere ao Nível de Descarga.

Trata-se, portanto, de atentar

- (A) ao número total de pessoas a ser escoado pelo conjunto das saídas de emergência.
- (B) ao número de pessoas a ser escoado por saída de emergência.
- (C) à carga térmica total calculada em função dos usos previstos para a edificação.
- (D) ao nível no qual uma porta externa conduz a um local seguro no exterior da edificação.
- (E) à capacidade do para-raios, em função da altura da edificação e das características climáticas locais.

22. Um arquiteto assumiu a responsabilidade técnica sobre um loteamento, supervisionando as obras de implantação de lotes, sistema viário e demais itens previstos no projeto. O projeto de parcelamento deu entrada nos órgãos de aprovação e licenciamento, municipais e estaduais, em janeiro de 2018. As obras de implantação do parcelamento do solo foram iniciadas em abril de 2019, a publicidade das vendas e a comercialização dos lotes em maio do mesmo ano, e as licenças municipais e estaduais ainda não foram obtidas.

Segundo a Lei Federal nº 6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, a conduta do arquiteto constitui

- (A) procedimento regular, uma vez que foi observado o prazo legal de 12 meses após o qual o parcelamento do solo pode ser implantado condicionalmente, enquanto tramita sua aprovação legal.
- (B) infração ao código de ética profissional, em consequência de infração administrativa grave por parte do loteador, tipificada na referida lei.
- (C) infração grave ao código de ética profissional, por constituir conduta lesiva ao consumidor, em consequência de infração administrativa grave por parte do loteador, tipificada na referida lei.
- (D) exercício ilegal de atividade profissional, visto que a referida lei define a implantação de loteamentos como atividade privativa de engenheiros civil ou agrimensor.
- (E) crime contra a Administração Pública, juntamente com a conduta do loteador e demais envolvidos na implantação do loteamento e na comercialização dos lotes.

23. A situação descrita a seguir é hipotética. O CAU tem assento no Conselho de Política Urbana de um município paulista. Esse Conselho deve discutir formas de garantir ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares. A ideia é poder exercer esse direito em áreas específicas, delimitadas por lei, que são necessárias para implantação de equipamentos urbanos e comunitários, espaços públicos de lazer e áreas verdes em áreas carentes desses melhoramentos e criação de unidades de conservação.

O instrumento previsto no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) que serve diretamente a esse propósito é

- (A) o direito de superfície.
- (B) o direito de preempção.
- (C) a concessão do direito real de uso.
- (D) a transferência do direito de construir.
- (E) a outorga onerosa do direito de construir.

24. O direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, de que trata a Lei nº 11.888/2008, é assegurado a famílias

- (A) com renda mensal de até três salários-mínimos, devendo ser efetivada mediante o apoio financeiro da União aos demais entes federados.
- (B) com renda mensal de até três salários-mínimos, devendo ser efetivada com receitas próprias municipais aportadas aos fundos municipais de habitação.
- (C) comprovadamente carentes, cuja renda mensal por pessoa não alcance os R\$ 140,00, devendo ser efetivada mediante o apoio financeiro da União aos demais entes federados.
- (D) comprovadamente carentes, cuja renda mensal por pessoa não alcance os R\$ 140,00, devendo ser efetivada com receitas próprias municipais aportadas aos fundos municipais de habitação.
- (E) comprovadamente carentes, cuja renda mensal por pessoa não alcance os R\$ 140,00, custeada por uma fração da arrecadação proveniente dos Registros de Responsabilidade Técnica de contratos acima de R\$ 140.000,00.

- 25.** A situação a seguir é hipotética. A fiscalização do CAU integrou-se a uma equipe de fiscalização integrada que atuará sobre locais de reunião e deverá posicionar-se em relação aos corredores de saída de uma edificação de uso público considerada em condições insatisfatórias de segurança, neste quesito. Trata-se de local com capacidade, calculada segundo a norma, para 120 pessoas, instalado em edificação térrea. Verificou-se, em vistoria, que o corredor que é objeto de questionamento apresenta largura de 1,20 m, que sofre interferência de uma saliência de 10 cm, possivelmente devido às dimensões de um pilar, e que há uma porta de saída de um ambiente secundário que abre no sentido do fluxo de saída do ambiente (para dentro do corredor, portanto), em ângulo de 180°. Em seu movimento de abrir, no sentido do trânsito de saída, essa porta reduz a largura do corredor em 0,70 m. À luz das disposições da NBR 9077 – Saídas de emergência em edifícios, a largura do corredor
- (A) é suficiente, porém a saliência e a interferência da porta com a circulação no corredor comprometem o atendimento à largura mínima da norma.
 - (B) é suficiente, a saliência não compromete o atendimento à norma, porém deve ser corrigida a interferência da porta com a circulação no corredor.
 - (C) deve ser aumentada em 10 cm, para que a saliência deixe de interferir com a largura mínima requerida e invertido o sentido de abertura da porta.
 - (D) deve ser aumentada para 1,50, eliminada a saliência e invertido o sentido de abertura da porta.
 - (E) deve ser aumentada para 1,50, caso em que a saliência e a abertura da porta deixarão de interferir com a largura requerida, desde que invertido o sentido de abertura da porta.
- 26.** A NBR 15575, Norma de desempenho editada pela ABNT, define (i) condições que expressam qualitativamente os atributos que o edifício habitacional e seus sistemas devem possuir, a fim de que possam satisfazer às exigências do usuário; (ii) as especificações quantitativas correspondentes a essas condições, expressas em termos de quantidades mensuráveis, a fim de que possam ser objetivamente determinados e (iii) a forma de avaliar, que permite a mensuração clara do seu cumprimento.
- As definições, (i), (ii) e (iii) correspondem, respectivamente às definições de
- (A) requisitos, critérios e métodos.
 - (B) atributos, critérios e medições.
 - (C) atributos, parâmetros mínimos e métodos.
 - (D) requisitos, parâmetros mínimos e critérios.
 - (E) parâmetros mínimos, critérios e medições.
- 27.** São tombados por dispositivo inserido na Constituição Federal (art. 216, § 5º) todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas
- (A) do Descobrimento e da Independência do Brasil.
 - (B) dos ciclos econômicos do período colonial.
 - (C) da fundação de cada cidade brasileira.
 - (D) do povoamento indígena original.
 - (E) dos antigos quilombos.
- 28.** Uma empresa de serviços de gerenciamento de projetos e obras deverá efetuar um exame e verificação de obediência a condições formais estabelecidas para o controle de processos e a lisura de procedimentos empregados.
- Nos termos da regulamentação do CAU aplicável, essa atividade é denominada
- (A) auditoria, e é atribuição profissional do arquiteto.
 - (B) auditoria, e é atribuição profissional do contabilista, cabendo ao arquiteto o papel de assistente técnico.
 - (C) inspeção de processos, e é atribuição profissional do arquiteto.
 - (D) inspeção de processos, e deve ser desenvolvida por equipe multidisciplinar da qual deverá fazer parte um arquiteto.
 - (E) correição, e é atribuição profissional de advogado especializado, cabendo ao arquiteto o papel de assistente técnico.
- 29.** A Resolução CAU/BR nº 22/2012 e suas alterações estabelece que a fiscalização do exercício profissional deverá guiar-se, dentre outros, por princípios
- (A) de natureza disciplinar, visando induzir a condutas ilibadas por meio de punições exemplares.
 - (B) universais como a defesa do meio ambiente e de direitos humanos e sociais, que regulam a definição de situações atenuantes e agravantes.
 - (C) de uniformidade do serviço público, atentando sempre à lisura e regularidade das condutas e à uniformidade do tratamento aos profissionais.
 - (D) de natureza educativa, visando prioritariamente orientar a atuação dos profissionais e prevenir a ocorrência de possíveis ilícitos.
 - (E) de defesa dos interesses corporativos, combatendo práticas que ameacem as atribuições profissionais do arquiteto.

30. O salário-mínimo vigente no estado de São Paulo em março de 2020 era de R\$ 1.163,55. Uma empresa contratou um arquiteto para desempenhar atividades técnicas relacionadas ao exercício da Arquitetura e Urbanismo, com jornada de quatro horas diárias. O valor mínimo da remuneração mensal devida a esse profissional, de acordo com a Resolução CAU/BR nº 38/2012, naquela ocasião, seria de
- (A) R\$ 4.654,20.
 - (B) R\$ 4.945,09.
 - (C) R\$ 5.235,98.
 - (D) R\$ 5.817,75.
 - (E) R\$ 6.981,30.
31. Um fornecedor de pisos ofereceu ao arquiteto que gerencia uma obra residencial particular, pagamento, por ele denominado "Reserva Técnica", correspondente a um percentual sobre o valor dos pisos dele adquiridos. A aceitação desse pagamento constituiria, nos termos da Resolução CAU/BR nº 52/2013,
- (A) prática regular, consagrada por usos e costumes.
 - (B) crime de apropriação indébita.
 - (C) crime de corrupção passiva.
 - (D) crime de corrupção ativa.
 - (E) infração disciplinar.
32. Um arquiteto prestando serviço a órgão público foi encarregado de preparar os elementos técnicos que instruirão um processo licitatório de obra de edificação em regime de empreitada global por preços unitários, para o qual é necessário definir suficientemente, dentre outras, as informações técnicas da edificação e de seus elementos, instalações e componentes e as respectivas quantidades.
- Considerando-se o disposto na Resolução nº 64/ 2013 e suas alterações, é recomendável que a elaboração dos quantitativos de serviços e obras, necessários para a elaboração dos serviços, tome como base
- (A) o Projeto Básico (PB), conforme determina a legislação de licitações.
 - (B) o Estudo de Viabilidade Técnico Econômico (EVTA), ainda que haja previsão legal de utilização do Projeto Básico (PB) para essa finalidade.
 - (C) o Estudo de Viabilidade Técnico Econômico (EVTA), conforme determina a legislação de licitações.
 - (D) somente o Projeto para Execução (PE), ainda que haja previsão legal de utilização do Projeto Básico (PB) para essa finalidade.
 - (E) o Projeto para Execução ou Projeto Executivo (PE), conforme determina a legislação de licitações.
33. Um projeto arquitetônico de edifício habitacional, elaborado em coautoria por três arquitetos, após utilizado no terreno para o qual foi originalmente projetado, foi reproduzido pelo cliente em outro terreno, sem que houvesse qualquer entendimento entre cliente e autores do projeto. Um dos autores tomou providência judicial no sentido de defender seus direitos sem a concordância dos outros dois, que preferem temporizar com o cliente para não ter seu nome comprometido no mercado.
- A atitude do profissional que ingressou na justiça
- (A) contraria a legislação aplicável a direitos autorais, que exigiria consenso entre coautores.
 - (B) contraria a legislação aplicável a direitos autorais, que exigiria decisão pela maioria dos coautores.
 - (C) contraria o código de ética da profissão, que exigiria consenso entre coautores.
 - (D) contraria o código de ética da profissão, que exigiria decisão pela maioria dos coautores.
 - (E) é admitida pela legislação aplicável a direitos autorais, que dispensa aquiescência dos demais coautores.
34. A partir de programa de necessidades detalhado pelo cliente, um arquiteto elaborou projeto de edificação passível de repetição, estando em discussão, junto ao contratante, os direitos autorais envolvidos em uma possível repetição do uso desse projeto para a construção de outra edificação. Não houve qualquer previsão contratual de transmissão de direitos relativos à autoria do projeto.
- Nesse contexto, é correto afirmar que os direitos autorais
- (A) morais e patrimoniais poderão ser transmitidos mediante aditivo contratual, perdurando a autoria do projeto por setenta anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao seu falecimento.
 - (B) patrimoniais pertencem ao autor do projeto e perdurarão por setenta anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao seu falecimento.
 - (C) morais pertencem ao autor do projeto e os patrimoniais ao contratante, sendo a repetição facultada a este, mediante depósito de valores constantes da tabela de honorários.
 - (D) morais são inalienáveis e perpétuos, porém os patrimoniais foram cedidos contratualmente ao cliente, que pode utilizar livremente a repetição do projeto, por se tratar de projeto tipológico.
 - (E) são compartilhados entre o cliente e o arquiteto, dado que o primeiro forneceu parte da produção intelectual envolvida, na forma do programa de necessidades.

- 35.** Resolução CAU/BR nº 75, de 10 de abril de 2014 e suas alterações – Dispõe sobre a indicação de responsabilidade técnica referente a projetos, obras e serviços. Para os fins de cumprimento da Resolução CAU/BR nº 75/2014 e suas alterações, a indicação de responsabilidade técnica, no âmbito da arquitetura e do urbanismo, é entendida como
- (A) uma ferramenta de promoção do profissional, uma vez que confere visibilidade ao seu trabalho e permite distinguir os arquitetos por sua atividade.
 - (B) um direito da sociedade à informação e do arquiteto e urbanista a ter reconhecida sua autoria ou responsabilidade por projeto, obra ou serviço.
 - (C) um aspecto do marketing profissional e do mercado imobiliário que pode ser utilizado também para a defesa das atribuições profissionais do arquiteto.
 - (D) uma obrigação do arquiteto frente ao CAU, cujo descumprimento deve ensejar punição exemplar, na forma da referida resolução.
 - (E) uma obrigação do cliente de arquitetura, cujo descumprimento deve ensejar ações do CAU no sentido da garantia da publicidade do exercício profissional.
- 36.** A situação a seguir é hipotética. Um arquiteto foi chamado a atender a situação de emergência oficialmente decretada. O prazo limite para o recolhimento do RRT correspondente será até
- (A) o término da execução do serviço, considerado eventual relatório de encerramento.
 - (B) 30 dias após o término da execução do serviço, considerado eventual relatório de encerramento.
 - (C) 30 dias depois de cessada a emergência.
 - (D) 60 dias depois de cessada a emergência.
 - (E) 90 dias depois de cessada a emergência.
- 37.** A fiscalização do CAU/SP recebeu reclamação e, após diligência, constatou que pode ter havido alteração nas informações constantes de um atestado que servia de base para uma Certidão de Acervo Técnico com Atestado (CAT-A).
- Nos termos do art. 21 da Resolução CAU/BR nº 93/2014,
- (A) a CAT-A deve ser anulada e aberto prazo para reapresentação de documentos relativos aos serviços atestados, a partir dos quais será emitida nova CAT-A.
 - (B) deve ser apostilada, por inscrição na própria CAT-A, a alteração de informações identificadas, fazendo constar os dados corretos do atestado.
 - (C) deve ser instaurado processo administrativo no âmbito do CAU/SP, o qual poderá resultar na anulação da CAT-A.
 - (D) a CAT-A deve ser anulada e aberto processo disciplinar contra o arquiteto detentor do acervo e contra o órgão que emitiu o atestado.
 - (E) deve ser emitida *ex officio* nova CAT-A, com os dados corretos, cancelando a anterior, cabendo ao detentor do acervo informar as alterações aos órgãos aos quais a Certidão foi apresentada.
- 38.** Um processo ético disciplinar apura se a conduta de um arquiteto no desenvolvimento de um projeto de edificação e na direção técnica da obra correspondente teria sido a causa de um conjunto de danos à obra e a vizinhos, produzidos pelo escorregamento de um talude. O reclamante, proprietário da obra, e o arquiteto manifestaram disposição de chegar a uma conciliação em relação a esse processo.
- Nas condições descritas, e nos termos da Resolução nº 143/2017 e alterações,
- (A) o CAU pode mediar acordo quanto aos aspectos de sua competência, ficando as questões relativas a perdas e danos a cargo do Poder Judiciário.
 - (B) o CAU atuará como árbitro, nos termos da legislação pertinente à arbitragem.
 - (C) as partes devem produzir um documento de conciliação, incluindo uma solução para perdas e danos, a qual, uma vez aceita, permitirá ao CAU encerrar o processo contra o profissional.
 - (D) deve ser nomeado um árbitro externo ao CAU, cuja decisão, uma vez acatada pelas duas partes, permitirá ao CAU encerrar o processo contra o profissional.
 - (E) não cabe a conciliação por estarem envolvidos danos a terceiros.

39. Uma empresa regularmente cadastrada no CAU/SP, atuando em atividade afeita à Arquitetura, causou prejuízo irreversível ao meio ambiente, tendo sido instaurado procedimento para apurar infração ético disciplinar no âmbito do CAU.

Sem prejuízo de sanções em outras esferas, civil e criminal, a Resolução CAU/BR nº 154/2017 prevê denunciar, processar e julgar, por essa infração,

- (A) arquitetos que sejam responsáveis técnicos pela empresa, somente.
- (B) arquitetos que tenham vínculo societário com a empresa ou que dela sejam responsáveis técnicos, somente.
- (C) a empresa e os arquitetos que tenham vínculo societário com ela ou que dela sejam responsáveis técnicos, somente.
- (D) a empresa e pessoas naturais, arquitetos ou não, que tenham vínculo societário com ela ou que dela sejam responsáveis técnicos.
- (E) a empresa, somente.

40. Para modernizar seu sistema de fiscalização, um órgão público busca ferramentas de georreferenciamento que permitam definir as relações espaciais entre todos os elementos que serão trabalhados no procedimento de fiscalização – atributos e dados geométricos espaciais – por meio de relações topológicas, empregando pontos (*nodes*), linhas (*lines*) e polígonos (*polygons*) e atributos a eles associados.

Essa funcionalidade será plenamente obtida com o emprego de

- (A) aplicativos de mapeamento assistido por computador (CAM).
- (B) sistemas de mapeamento automatizado (AM).
- (C) sistemas de informação geográfica (SIG).
- (D) aplicativos de sensoriamento remoto.
- (E) sistemas de interpretação de imagens de satélite.

